

**FIG**

## Lideranças participam de reunião com secretário da Fazenda na Casa da Indústria

O secretário estadual da Fazenda, José Fernando Navarrete, participou da primeira reunião de diretoria plena da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) de 2017, ocorrida no dia 30 de janeiro último. Na oportunidade, ele fez uma exposição sobre os projetos da Pasta, que assumiu no dia 06 do mês passado, em substituição à secretária Ana Carla Abrão, que ficou por dois anos no cargo. Navarrete deixou a presidência da holding CelgPar, incluindo as subsidiárias CELG D e Celg GT, para assumir a nova função, a convite do governador Marconi Perillo.

O presidente da Fieg Regional Anápolis, Wilson de Oliveira, que é também vice-presidente da Federação e presidente do Sindicato das Indústrias de Alimentação de Anápolis (SindAlimentos), ressalta que foi um encontro positivo, em que o secretário mostrou disposição de manter um bom diálogo com o setor produtivo, sendo que uma das preocupações levantadas durante o encontro, foi em relação à questão dos incentivos fiscais.

### Participação

Wilson de Oliveira destacou que foi uma reunião bastante representativa, com a presença de vários presidentes de sindicatos. Da Regional, participaram também os presidentes: Heribaldo Egídio e Marçal Soares (Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás- Sindifargo); Jair Rizzi (Sindicato das Indústrias do Vestuário de Anápolis- Siva); Robson Peixoto Braga (Sindicato das Indús-



trias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis- Simmea) e Anastácios Apostolos Dagios (Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis).

O presidente do Sindicato das Indústrias Cerâmicas do Estado de Goiás (Sindicer/GO), Laerte Simão, não participou da reunião de diretoria plena, mas esteve presente à reunião do presidente da Fieg, Pedro Alves, com as lideranças sindicais patronais.

Ainda na pauta da reunião, houve a participação do superintendente estadual de Negócios, Varejo e Governo do Banco do Brasil, Walber Santos de Souza, que fez uma abordagem sobre os recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) para investimento e capital de giro. Por fim, houve um espaço para apresentação de ações do Conselho Temático de Relações do Trabalho e da Câmara Setorial da Indústria da Construção.

## SICMA

# Entidade participa de encontro da COP/CBIC

O diretor do Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis (Sicma), Álvaro Otávio Dantas Maia, participou, no último dia 26/01, de reunião da Comissão de Obras Públicas, Privatizações e Concessões (COP) da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC). Ocorrido na sede da entidade, em Brasília, o encontro teve uma pauta extensa, sendo que um dos principais assuntos foi em relação à retomada de investimentos em infraestrutura por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Na reunião, Hailton Madureira de Almeida, da Secretaria de Desenvolvimento e Infraestrutura do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, apontou iniciativas do governo que devem possibilitar o reaquecimento do mercado no setor ainda neste ano, dentre elas, a retomada de cerca de 1,6 mil obras, com valor entre R\$ 500 mil até R\$ 10 milhões. O governo federal já tinha anunciado essa retomada no final do ano passado e a sua realização foi confirmada pelo secretário. “A meta é retomar 50% das obras até junho e o restante até dezembro deste ano”, destacou Almeida.

O secretário também informou sobre o trabalho que está sendo desenvolvido pelo governo, dentro do orçamento de 2017-2018, a fim de ampliar a ação também para as obras de maior valor, acima de R\$ 10 milhões e, se



possível, até R\$ 100 milhões, do PAC, garantindo o término de um conjunto de obras que estão em andamento em áreas de saneamento, recursos hídricos, mobilidade urbana, rodovias, entre outras.

As ações, segundo o presidente da COP/CBIC, Carlos Eduardo Lima Jorge, vão reaquecer o setor. “Indispensável dizer que as empresas estão atravessando a pior crise que já viveram na sua história. A COP tem desenvolvido um intenso trabalho

junto à Secretaria do Programa de Investimento de Infraestrutura, demonstrando uma preocupação constante do setor com a possibilidade de participação das médias empresas, mas sem esquecer que temos um cemitério de obras paralisadas, semi-paralisadas ou a passos de tartaruga no País e que essas iniciativas do governo mexem com o mercado de infraestrutura e vão reaquecer o setor”, destacou Lima Jorge. (Com informações da CBIC)

Sindicatos das Indústrias - Fieg Regional Anápolis

## IEL ANÁPOLIS

# Instituto celebra parceria com o Município de Silvânia

O gerente regional da unidade do IEL Anápolis, Fernando Nunes, informa a conclusão do projeto de implantação ao programa de estágio junto à Prefeitura Municipal de Silvânia, onde ele esteve no último dia 25/01, para um encontro com a primeira-dama daquela localidade, Valéria Faleiro, a fim de acertar os detalhes finais da parceria.

“Esta é mais uma ação da unidade para implantar o programa de estágio nos municípios que são atendidos pela regional”, destacou, acrescentando que a iniciativa é uma oportunidade para que os estagiários possam se familiarizar com o ambiente de trabalho, melhorando assim seu relacionamento humano e contribuindo com sua formação profissional. E, também, uma forma de colocar na prática os conhecimentos adquiridos na escola. “Dessa forma, propicia-se



a complementação do ensino e da aprendizagem, tornando-se elemento de integração e um momento prático de aperfeiçoamento técnico, cultural, científico, intelectual e humano”, concluiu o gerente do IEL.

Segundo a primeira-dama de Silvânia, Valeria Faleiro, “esta parceria

vem para consolidar as ações de responsabilidade social que temos com os jovens, queremos investir na educação, em todas as etapas”, pontuou, destacando que a escolha do IEL para o projeto foi em razão da credibilidade e pela atuação que já tem nesta área no Estado de Goiás.

## EXPEDIENTE

### FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS

**Pedro Alves de Oliveira**

Presidente

### FIEG REGIONAL ANÁPOLIS

**Wilson de Oliveira**  
PRESIDENTE

**Patrícia Oliveira**  
Coordenadora Administrativa

#### Contatos

Rua Eng. Roberto Mange, 239-A  
Bairro Jundiá  
Anápolis - Goiás  
CEP: 75.113-630  
62 3324-5768 / 3311-5565  
fieg.regional@sistemafieg.org.br

### SINDICATOS DAS INDÚSTRIAS

**Wilson de Oliveira**

Sindicato das Indústrias de  
Alimentação de Anápolis (SindAlimentos)  
[www.sindalimentosgo.com.br](http://www.sindalimentosgo.com.br)

**Anastácios Apostolos Dagios**

Sindicato das Indústrias da Construção e do  
Mobiliário de Anápolis (SICMA)  
[www.sicmago.com.br](http://www.sicmago.com.br)

**Robson Peixoto Braga**

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas,  
Mecânicas e de Material  
Elétrico de Anápolis (SIMMEA)  
[www.simmeago.com.br](http://www.simmeago.com.br)

**Jair Rizzi**

Sindicato das Indústrias do  
Vestuário de Anápolis (SIVA)  
[www.sivago.com.br](http://www.sivago.com.br)

**Laerte Simão**

Sindicato das Indústrias  
Cerâmicas do Estado de Goiás  
(SINDICER/GO)  
[www.sindicergo.com.br](http://www.sindicergo.com.br)

**Heribaldo Egídio da Silva - Presidente**  
**Marçal H. Soares - Presidente Executivo**  
Sindicato das Indústrias Farmacêuticas  
no Estado de Goiás (SINDIFARGO)  
[www.sindifargo.com.br](http://www.sindifargo.com.br)

## CNI/BOPE

# Brasileiro quer mais liberdade para negociar flexibilidade no trabalho, aponta pesquisa

A possibilidade de trabalhar em casa ou em locais alternativos à empresa, conforme a necessidade, é desejo de oito em cada dez brasileiros. Uma jornada com horários mais maleáveis é vontade de grande maioria de quem está no mercado de trabalho: 73% dos trabalhadores querem ter mais flexibilidade no expediente. Os dados são da segunda pesquisa Flexibilidade no mercado de trabalho, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em parceria com o Ibope.

A sondagem aponta que o brasileiro gostaria de ter mais espaço para negociar com a empresa opções para sua rotinas de trabalho, conforme sua necessidade, mesmo que isso signifique flexibilizar regras trabalhistas. Os números mostram, ainda, que além do chamado home office ou da possibilidade de uma jornada flexível, cresceu o interesse do brasileiro por alternativas para o seu dia a dia que permita adequações na rotina de trabalho de acordo com suas necessidades pessoais em relação à pesquisa de 2015 (ver quadro).

Por exemplo, 64% dos entrevistados – ante 58% em 2015 – gostariam de reduzir o intervalo de almoço para, em contrapartida, sair mais cedo do trabalho e, assim, evitar o horário de pico de trânsito. A pesquisa indica

também que o trabalhador gostaria de poder dividir os 30 dias anuais de férias em mais de dois períodos e com períodos mais curtos: 60% dos entrevistados se mostraram favoráveis a esta possibilidade, em relação a 53% da pesquisa anterior.

A pesquisa mostra, contudo, que são justamente os trabalhadores do mercado formal aqueles que menos conseguem exercer seu desejo por flexibilidade. Apenas 41% dos que trabalham com carteira assinada dizem ter liberdade na jornada, frente a 79% daqueles que trabalham por conta própria e 72% dos empregadores que dizem ter horários mais flexíveis. A pesquisa chega a conclusão idêntica quando o tema é a flexibilidade para o local de trabalho.

### Modernização

Na visão da CNI, modernizar e desburocratizar as relações do trabalho no Brasil é urgente e necessário. Apesar dos avanços da tecnologia e da evolução nas formas de se produzir, as leis trabalhistas do Brasil perderam o compasso. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), publicada em 1943, representou importante avanço na proteção do trabalhador, mas se tornou obsoleta em diversos aspectos, sobretudo em relação ao trabalho moderno, realizado à distância e com rotinas flexíveis

– incompatível com o ultrapassado e obrigatório cartão de ponto.

O desejo do trabalhador negociar a redução do horário de almoço com a contrapartida de sair mais cedo do trabalho, por exemplo, tem respaldo na Constituição de 1988, que reconhece a negociação coletiva como um direito de todo trabalhador (art. 7º, XXVI). No entanto, as empresas que adotam medida nesse sentido estão sob risco de responderem ações trabalhistas, uma vez que a Justiça do Trabalho entende que o intervalo mínimo de uma hora é questão de saúde e segurança do trabalho e, assim, não pode ser alvo de negociação coletiva.

Para a CNI, um importante avanço para as relações de trabalho seria dar segurança para que empresas e sindicatos de trabalhadores negociassem rotinas de trabalho, como as retratadas na pesquisa, respeitando o legítimo interesse das partes. Nesse sentido, a inclusão de cláusulas conforme previsto no Projeto de Lei nº 6.787/16 (como formas alternativas de registro de ponto, intervalo intrajornada, horas flexíveis – limitadas pelo máximo constitucional –, trabalho remoto) é positiva e apenas reforça a necessária valorização da negociação coletiva, como prevê a Constituição Federal. (Fonte: Agência CNI de Notícias)

Sindicatos das Indústrias - Fieg Regional Anápolis

**Curso Técnico**

**Matricule-se já!**  
Carga horária de 1200 horas.  
80% à distância e 20% presencial.

**Eletromecânica**



Sindicatos das Indústrias - Fieg Regional Anápolis